

## **O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SOB ATAQUE: A REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA NO FRONT:**

**NÃO ÀS PROPOSTAS DE MUDANÇA NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL IMPOSTAS  
PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP)**

Há mais de 30 anos a Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas no Brasil vem sendo construída coletivamente na perspectiva dos direitos humanos e pautada nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Com a participação de trabalhadores, usuários e familiares do SUS, gestores, professores universitários e pesquisadores, tendo como marco quatro conferências nacionais de saúde mental. Experiência esta, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como uma das mais importantes da América Latina.

A partir de experiências exitosas e de um arcabouço jurídico, a Política de Saúde Mental se constituiu como uma política civilizatória, com normativas assistenciais e de financiamento para o campo da saúde mental, preconizando acesso universal ao cuidado em liberdade, envolvendo a família e a comunidade.

A Lei Federal 10. 216/01 mostra-se como uma das maiores expressões deste histórico percurso, garantindo os direitos das pessoas com sofrimento psíquico, determinando que o Estado Brasileiro garanta os recursos comunitários necessários para o acesso ao cuidado e as ações de reabilitação psicossocial centradas no meio comunitário.

Desde 2017, os (des)governos Temer e Bolsonaro respectivamente, tem abdicado cada vez do caráter democrático, instituindo como prática permanente, ataques às políticas públicas e a primazia de ações governamentais que atendam interesses econômicos de determinados seguimentos.

Podemos destacar como expressões dessa lógica a liberação de 87, 3 milhões para comunidades terapêuticas; o aumento de mais de 60% para os hospitais psiquiátricos com suspensão do Programa de Avaliação de Hospitais Psiquiátricos – PNASH (ou seja, aumento de diária sem monitoramento da qualidade). O PNASH possibilitou identificar várias formas de violação de direitos dentro das instituições psiquiátricas no Brasil e conseqüentemente o fechamento destas. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que são estratégicos não tiveram aumento, tendo os poucos que abriram enfrentado um processo moroso para sua habilitação.

Sem nenhuma discussão com a sociedade civil organizada, o Ministério da Saúde institui o que chama de “Nova” Política de Saúde Mental, trazendo na sua essência a velha lógica do asilamento e do reforço ao sistema privado. Enquanto a OMS indica a aplicação de 5% dos recursos da saúde na saúde mental, no Brasil, estudos recentes têm demonstrado que em 2010 havia aplicação de 2, 7% do orçamento e que em 2016 caiu para 1,6%.

Paradoxalmente, em plena pandemia e frente a um anúncio importante da OMS para o mundo, em outubro de 2020, acerca do impacto da pandemia e a necessidade dos governantes ampliarem os investimentos na área de saúde mental, o (des)governo Bolsonaro encena uma nova etapa do golpe em curso no país desde 2017.

Juntamente com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), vem a público no dia 04 do corrente ano, na reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, propor revogação de portarias essenciais para o funcionamento da rede de atenção psicossocial pública de saúde mental, atropelando os milhões de usuários, familiares e trabalhadores comprometidos com a defesa de uma saúde mental inclusiva, diversificada e sem manicômios.

A referida proposta traz no seu bojo o enfoque ao cuidado centrado na internação asilar, prioritariamente no tratamento médico centrado e a extinção de financiamento dentro do SUS de serviços essenciais como serviços residenciais terapêuticos, consultórios na rua e unidades de acolhimento.

A que serve tais proposições da ABP e do (des)governo Bolsonaro? Respaldados em que tipo de ciência? Que clínica é essa proposta? Para atender a interesses de quem? Certamente não é o da população.

A experiência psicossocial no Brasil e vários lugares do mundo nos mostrou que a convivência, o acesso a diferentes tipos de terapias, a moradia, a articulação com arte e cultura, a geração de renda ofertadas longitudinalmente, permite que pessoas com sofrimento psíquico intenso sustentem-se na sociedade.

Por que não investir mais nessas diversas modalidades terapêuticas, em estratégias de inclusão social, em trabalhos com os familiares, em disponibilização de medicamentos modernos, em qualificação das equipes técnicas?

Por que se escolhe focar no tratamento com altos investimentos de recursos públicos em hospitais psiquiátricos, em comunidades terapêuticas, em equipamento como eletroconvulsoterapia (usados de forma indiscriminada no Brasil por longos anos) e num modelo de tratamento médico centrado, desprezando as contribuições do trabalho interdisciplinar, intersetorial e territorial das equipes das unidades de atenção básica e de saúde mental?

Essas medidas representarão perdas de recursos financeiros para os municípios que são hoje responsáveis pela operacionalização da rede de atenção psicossocial. Tais proposições voltarão a fazer dos gestores públicos, reféns do sistema privado, além de graves comprometimentos na qualidade de oferta da assistência prestada.

A Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial – RENILA e seus Núcleos Estaduais repudiam veementemente tais proposições postas pela ABP e o (des)governo Bolsonaro e apelam para os governadores, prefeitos, entidades de direitos e população em geral que atentem para o desmonte em curso e suas repercussões, não permitindo que estas medidas se concretizem e com isso, venham violar ainda mais os direitos de nossa população.

Vai ter luta!

#PorUmaSociedadeSemManicômios

08 de dezembro de 2020

Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial – RENILA

Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de MG –  
ASUSSAM/MG

Associação de Usuários e Familiares de Usuários dos Serviços de Saúde  
Mental de Alagoas – ASSUMA/AL

Associação de usuários, Familiares e Amigos da Luta Antimanicomial, de  
Palmeira dos Índios/AL – ASSUMPI/AL

Associação Loucos Por Você – Ipatinga/MG

Coletivo Baiano da Luta Antimanicomial – CBLA/BA

Fórum Cearense da Luta Antimanicomial/CE

Fórum de Saúde Mental de Maceió/AL

Fórum Gaúcho de Saúde Mental/RS

Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba – FLAMAS/SP

Fórum Mineiro de Saúde Mental/MG

Frente Mineira Drogas e Direitos Humanos/MG

Movimento da Luta Antimanicomial/PA

Movimento Pró-Saúde Mental/DF

Núcleo de Estudos Pela Superação dos Manicômios – NESM/BA

Núcleo de Mobilização Antimanicomial do Sertão – NUMANS/PE

Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades/PE

